

Con. Brasil

17 MAI 1991

4 — JORNAL DA TARDE

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S.PAULO

Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

ROY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tátilo Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliverros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernao L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlando Marques

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

O óbvio ululante

Enquanto reforça a frente de combate à inflação neste período difícil que é a saída do congelamento, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, tem também de cumprir uma tarefa que exige esforços igualmente imensos: abrir o caminho que leve à completa reformulação do setor público com vistas a se assegurar a existência de condições mínimas para a retomada do crescimento.

Se comparado com resultados passados, o ajuste das contas públicas promovido pela equipe da professora Zélia Cardoso de Mello é altamente positivo. Mas, apesar de suas dimensões — a reversão de um déficit público potencial equivalente a 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para um superávit de 1,2% do PIB —, esse ajuste não tem caráter permanente, como vêm observando todos os que analisam friamente as contas governamentais. Os bons resultados apresentados pelo setor público no ano passado foram devidos, de um lado, ao aumento extraordinário das receitas (basicamente pela taxação dos ativos financeiros que existiam em março do ano passado) que não se repetirá este ano e, de outro, ao adiamento de despesas (como as relativas à dívida mobiliária interna congelada pelo Plano Collor 1, aos pagamentos a fornecedores e às transferências ao sistema de seguridade social).

Persistem, por isso, as condições que, no passado, produziram os seguidos déficits públicos. Neste momento, à persistência dessas condições soma-se a perspectiva de aumento dos gastos com o sistema previdenciário, para atender ao que determina a Constituição, e de outros gastos governamentais, como resultado das crescentes pressões políticas.

Por mais preocupante que seja o comportamento da inflação — especialmente quando são bem visíveis os sinais de esgotamento do congelamento e a equipe do novo ministro ainda não se familiarizou com os instrumentos de política econômica deixados por seus antecessores —, o embaixador Marcilio Moreira não pode adiar o projeto de

reorganização do setor público.

Uma demonstração dramática da urgência dessa reorganização foi produzida pelo ex-secretário de Política Econômica, Antônio Kandir. Em seu estudo, destinado a reforçar as propostas contidas no Projeto de Reconstrução Nacional, o "Projetão" do governo Collor, Kandir procura mostrar o que poderá ocorrer se não se atacar com o rigor necessário a reestruturação do setor público brasileiro.

Embora os números com que o ex-secretário recheia seu estudo mais pareçam frutos de um exercício de futurologia acadêmica, suas conclusões soam como um alerta. Se não houver o ajuste, diz Kandir, teremos "o retorno ao desequilíbrio fiscal observado no final da década passada, caracterizado pela arrecadação baixa e regressiva (...), excesso de gastos e ineficiência administrativa". O déficit público voltará e o governo precisará voltar a financiar-se junto ao setor privado, o que acabará por reduzir os investimentos e estrangulará o crescimento econômico. Crescerão, isto sim, o desemprego, a pobreza, a inflação.

Isso só será evitado, diz Kandir, com uma profunda reforma administrativa, que inclua o fim da estabilidade do funcionalismo, o aumento da eficiência da máquina estatal e o cumprimento das metas estabelecidas pelo programa de privatização. Essa reforma administrativa precisará ser acompanhada de uma reforma tributária e de mudanças no sistema de previdência social. Nesse caso, haveria investimentos privados na produção e públicos na área social.

Pode-se discordar dos instrumentos que Kandir propõe para promover todas essas reformas, pode-se também colocar em dúvida as projeções que ele apresenta sobre o Brasil do ano 2000, mas não se pode discordar dele quando afirma que "a variável-chave que condiciona os principais resultados é o ajuste do setor público". É o óbvio ululante.